

# UNIVERSALISMO E PARTICULARISMO CULTURAL EM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO — A DESCONSTRUÇÃO DOS FLUXOS EMIGRATÓRIOS

MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE

UNIVERSIDADE ABERTA, CENTRO DE ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES  
E DAS RELAÇÕES INTERCULTURAIS/CEMRI

## 1. Passado, Presente e Futuro

A mudança de milénio tem servido para criar uma marca temporal precisa que separa tudo aquilo que constitui o Passado, do que imaginamos venha a ser o Futuro. Nesse contexto, o Presente quase se reduziria só ao imperceptível momento que medeia entre 31 de Dezembro de 2000 e 1 de Janeiro do ano 2001; momento mágico de mudança, durante o qual se farão sentir todas as mudanças e todas as inovações.

Faremos o mesmo no tocante ao fenómeno da emigração portuguesa, debruçando-nos sobre o seu passado e tentando inferir, em termos prospectivos, o que será o seu futuro.

Enquanto a primeira parte do exercício é trivial, pois que se baseia no que bem conhecemos — sujeito embora a interpretações que podem fugir ao puramente factual — a atitude divinatória oferece riscos evidentes, pese embora a fundamentação que tenha, por via da análise e extrapolação de tendências bem visíveis.

Neste sentido associaremos o passado da emigração portuguesa a um contexto de *particularismo cultural*, directamente ligado a colectivos de base territorial, permitindo que sejam transportadas, reconstruídas e sincretizadas as culturas de origem, no seu processo de radicação em terra estrangeira.

Em oposição dialéctica a essa situação, os movimentos de indivíduos, num quadro de futuro, serão antes uma consequência da globalização planetária ou, se se preferir, do *universalismo*.

Tomado o caso da emigração portuguesa como paradigmático (dados os seus pergaminhos de antiguidade e permanência), nem por isso deixará de ser extensível ao que se virá a produzir em outras regiões do globo, em época indefinida do futuro.

## 2. O Passado da Emigração Portuguesa

Beneficiando de um recuo histórico de quase dois séculos, propusemos num escrito anterior a consideração de três fases distintas da emigração portuguesa: a *fase clássica* ou transoceânica, dominada pela emigração para as Américas e, sobretudo, para o Brasil; a *fase moderna*, em que os destinos europeus se afirmam e vêm a ultrapassar largamente os destinos americanos; a *fase contemporânea*, de contornos um pouco mais indefinidos e na qual se verificam traços comuns aos de épocas passadas, bem como alguns mais de características essencialmente novas.

### 2.1. A Fase Clássica

Nestes termos, situaremos com alguma arbitrariedade a *fase clássica* entre 1822 e o fim do segundo quartel do presente século. O limiar inferior marca a independência do Brasil, a partir da qual os Portugueses aí chegados passam a assumir as características de migrantes internacionais. O facto de existir, bem antes dessa data, um fluxo emigratório visível para os E.U.A. não prejudica grandemente a escolha daquele limite inferior.

Na fase clássica, o custo, duração, extensão e riscos das viagens transoceânicas eram incompatíveis com qualquer tipo de improvisação: os empregadores estabeleciam os contactos e os contratos, as autoridades do país de origem intervinham tanto quanto podiam na regulamentação e organização das partidas, as autoridades dos países de recepção controlavam chegadas, facultavam alojamentos, promoviam encaminhamentos.

Em paralelo com as intervenções oficiais, as redes de compatriotas (familiares, conhecidos ou apenas profissionalmente interessados) produziam outras formas de enquadramento aos novos imigrados.

Foi essa uma etapa caracterizada frequentemente por um resultado de radicação definitiva com dois tipos de excepção marginal. A primeira traduzia-se pelo total insucesso (por doença, acidente ou simples má sorte) conduzindo a repatriamentos em situação de miséria total ou à morte, de todos esquecida, em terra estrangeira. A segunda, mais risonha mas também mais rara, concretizava-se por um magnífico sucesso económico, fazendo apetecer o retorno às origens em situação de alta visibilidade pública.

Curiosamente, foi muito mais apercebida em Portugal a figura característica do «Brasileiro» rico<sup>1</sup>, do que a presença, em terra brasileira ou norte-americana, de uma parte significativa da população portuguesa, perdida para sempre para os campos e cidades de onde partiu.

Regulares e anualmente significativas, as correntes migratórias transatlânticas dominaram largamente todo o século anterior e ainda metade deste, originando sucessivas multiplicações de gerações nos países de acolhimento.

Transportando uma cultura de raízes essencialmente rurais e com proveniências conhecidas e reconhecidas, as comunidades portuguesas assim reorganizadas nos países de destino mantiveram e acarinham os traços mais emblemáticos da sua herança cultural: festas, danças e cantares, celebrações e devoções, histórias, provérbios e chistes vindos da tradição oral, feriados e dias de santos<sup>2</sup>.

Sem deixarem naturalmente de ser afectadas pela cultura da sociedade maioritária, estas comunidades caracterizam-se por uma extra-territorialidade cultural que faz reviver, em terra estrangeira e após várias gerações, algo de remanescente do Entre-Douro-e-Minho, dos Açores ou da Madeira.

## 2.2. A Fase Moderna

O que foi designado como *fase moderna* tem duração temporal muito menor, apenas abrangendo o terceiro quartel deste século.

Foi iniciada com a explosão da oferta de emprego nos países do Centro e Norte da Europa, que abriu de par em par o mercado de trabalho aos migrantes do Sul europeu, do Magrebe e da Turquia. Fixámos convencionalmente como *terminus* a retracção económica provocada pela «crise do petróleo» (1973), na medida em que não só cessaram as facilidades — por vezes extremas, no caso da França, onde a imigração clandestina foi absolutamente consentida — como ainda os países receptores começaram a tomar medidas de estímulo ao regresso dos trabalhadores estrangeiros aos seus países de origem.

Nesta época começou a ser posto em causa o papel do Estado de origem no próprio processo emigratório: a impossibilidade de estancar o fluxo dos clandestinos através das fronteiras terrestres tornou esse processo totalmente incontrolável.

Apesar de a emigração portuguesa intra-europeia, neste contexto, resultar muito mais de iniciativas individuais do que de um fluxo organizado, nem por isso ela deixou de assumir características essencialmente colectivas. Continuou, sim, a verificar-se, para cada região de origem, uma significativa especialização de destinos, o que permitiu o transporte de culturas locais e regionais.

Tratando-se igualmente de uma emigração familiar (tornada possível por custos e durações de viagem comportáveis) a emigração intra-europeia nasceu,

cresceu, desenvolveu-se e atingiu plena maturação muito mais rapidamente do que aconteceu durante toda a fase clássica.

Por último, a manutenção de interações fortes entre comunidades emigradas e as remanescentes em Portugal não causou a efectiva «perda» destes migrantes para o património humano nacional, sendo triviais as situações de permanência pendular entre um extremo e outro do percurso migratório.

Em nota adicional, lembre-se que esta migração continental não estancou os fluxos tradicionais transoceânicos, nem comprometeu a expansão dos novos destinos venezuelano e sul-africano.

### 2.3. A Fase Contemporânea

Situamos a *fase contemporânea* no último quartel do século que agora termina. Caracterizam-na o fecho virtual da imigração na generalidade dos países europeus; a vivência de Portugal como Estado democrático, onde o direito individual de partir é constitucionalmente assegurado; a realidade do nosso país como parte da União Europeia.

Em termos de características distintivas da emigração portuguesa neste período, será de assinalar o seu carácter difuso, fragmentário e essencialmente de menor duração.

A primeira característica advém da proliferação de situações para-migratórias: estabelecer residência ou actividade profissional num país da União Europeia (o que tecnicamente não se conforma com uma situação de emigração); exercer funções no estrangeiro ao serviço de entidade ou empresa nacional ou multinacional; ter dupla residência e dupla actividade económica, em espaços nacionais distintos — são apenas alguns exemplos do carácter difuso que se referiu.

Abundam igualmente as situações de permanência temporária no estrangeiro, em exercício de actividades empresariais ou profissionais, por vezes enquadradas em contratos de duração plurianual; e, se exceptuarmos o caso da fidelíssima corrente migratória açoriana para os Estados Unidos, a maioria dos outros casos constitui muito mais um conjunto heterogéneo de partidas individuais para países de destino diferentes, do que fluxos macroscópicos, colectivos e uniformes, entre uma origem e um destino pré-definidos.

Talvez esta última característica prenuncie a morte estrutural das razões profundas da emigração portuguesa, aventadas, ao longo da memória, por um conjunto de autores que continuamente têm vindo a assinalá-las<sup>3</sup>. A miséria, a fome, o sub-desenvolvimento e a falta de horizontes de esperança parecem não constituir mais, depois de séculos, ameaças colectivas para o conjunto genérico da população portuguesa.

Tentando finalizar a caracterização, ainda que superficial, da fase contemporânea da emigração portuguesa, sugere-se que a sua falta de dimensão colectiva,

quanto a cada um dos países ou regiões de destino, a coloca aquém da massa crítica necessária para garantir um transporte, uma conservação e uma permanência da cultura originária, a qual tenderá a estiar no seio da sociedade maioritária, por falta de vivência e de convivência.

## **2.4. Particularismos Culturais**

Aquilo que foi referido como tendência para a especialização de destinos, por parte dos emigrantes oriundos de determinadas regiões portuguesas, tem como consequência visível a possibilidade de identificar traços característicos dessas mesmas regiões, no quotidiano de muitas das comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro.

Essa evidência é mais forte quando as origens são predominantemente rurais ou quando se trata de áreas naturalmente circunscritas (como acontece para os arquipélagos atlânticos), em ambos os casos dotadas de marcada especificidade cultural, cujos traços distintos são mais facilmente transportados e assumidos, em terra estrangeira.

A apropriação simbólica deste modo efectuada nos espaços de implantação portuguesa contribui para a identificação dos grupos nacionais<sup>4</sup>.

Pelo contrário, no tocante aos emigrantes de proveniência urbana e, sobretudo de regiões metropolitanas de dimensão apreciável, são mais difusos os traços culturais que consigo transportam e, conseqüentemente, os que são capazes de conservar.

## **3. O Futuro da Emigração Portuguesa**

### **3.1. Prospectivas de Contexto**

É mais fácil afirmar que serão muito diferentes as características da sociedade do futuro, do que identificar, com algum grau de segurança, em que consistirão as principais diferenças, medidas em relação ao mundo e ao momento em que actualmente vivemos. Não é possível, também, prever a escala de tempo para as mudanças vindouras, apenas sendo seguro pensar que ocorrerão ainda mais depressa do que teríamos tendência a esperar.

O fenómeno da globalização pode rapidamente ser descrito como a prevalência das determinantes de nível grande-regional ou planetário, sobre as dimensões nacional ou local.

Os graus de liberdade de decisão política, de realização económica ou de intervenção social são cada vez em menor número, retirando margem de manobra a governos, a partidos políticos, a organizações da sociedade civil.

Mercados globais, comunicações globais, negociações globais, são apenas alguns dos aspectos mais visíveis deste fenómeno. No entanto, se se considerarem alguns indicadores concretos, eles apontam exactamente na mesma direcção. Tomem-se os casos da tentativa de extradição de um ex-chefe de Estado, para ser julgado noutra pais que não o seu; o modo como toda a economia mundial reage à má gestão financeira da Federação Russa; a proliferação do negócio de utilização de marcas sob licença, como a McDonald's, a Pizza Hut e a Benetton e, inversamente, a instalação de um mercado mundial de «produtos brancos», não menos rendível; ainda, a forma como a utilização da INTERNET tem vindo a acolher cada vez maior número de segmentos da actividade humana.

Compram-se e consomem-se, em cada momento, os mesmos produtos de alimentação, de vestuário ou de lazer, em todos os hipermercados do mundo, tornando obsoleto o qualificativo de «produto exótico». Concebem-se e fabricam-se produtos ou partes de produtos em vários países diferentes, nenhum deles coincidente com o local da sede dessa indústria, estando o *out-sourcing* condicionado pela existência de mão-de-obra barata ou de encargos sociais baixos.

Procura-se a internacionalização de todas as actividades produtivas, políticas, sociais, culturais. O nascimento das cadeias globais de comunicação e de informação mantém os povos de todo o mundo ao corrente do que em cada instante acontece no planeta.

De todo este conjunto de indicadores podem extrair-se algumas tendências gerais, com forte probabilidade de serem extrapoláveis para o futuro:

1. Assiste-se ao triunfo da economia de mercado e à sua internacionalização, tal significando a profunda interdependência dos mercados nacionais e regionais, em termos de produtos, serviços, negócios e circulação de capitais;
2. Observa-se o encurtamento da duração de vida das empresas e a redução drástica da dimensão das unidades produtivas; em consequência, uma notória diminuição da segurança de emprego e o risco permanente de despedimento colectivo e de desemprego endémico;
3. Verifica-se um progressivo e visível aumento da incorporação de tecnologias de comunicação e de tratamento da informação, tanto nas actividades produtivas, como no exercício profissional, como ainda nos processos e actos da Administração Pública e na vivência quotidiana dos próprios cidadãos;
4. Cresce exponencialmente a cobertura e o consumo dos *media* e de todos os sectores a eles associados: informação noticiosa geral e especializada, espectáculos, desporto, difusão cultural, publicidade, compras, etc.
5. Trivializam-se as deslocações internacionais, em serviço profissional, em lazer ou para estudo, acompanhadas do contacto virtual com outras culturas através dos *media* e dos seus produtos;

6. Diminuem progressivamente (pelo menos nos países desenvolvidos) os domínios de intervenção do Estado na gestão das actividades colectivas e individuais, bem como na administração dos grandes sistemas que servem o público em geral: transportes, comunicações, saúde, educação, segurança social, banca e seguros, além de muitos outros;
7. Acresce o poder de intervenção de organizações internacionais ou de integração regional naquilo que anteriormente era considerado como do domínio dos assuntos internos de cada país.

A simples enumeração destas tendências não nos permite caracterizar a sociedade do próximo milénio, que tem sido designada, de forma algo redutora, como a *Sociedade da Informação*. Na realidade, a vertente puramente tecnológica, que sem dúvida afectará todas as profissões e todos os quotidianos, não basta para caracterizar as mutações profundas a que viremos a estar submetidos nos quinquênios ou decénios próximos<sup>5</sup>.

### 3.2. As Migrações no Futuro

Do contexto presente e das tendências que nele se vêm delineando pode traçar-se um cenário prospectivo do que virá a constituir a problemática das migrações.

Considere-se, em primeiro lugar, a progressiva diluição das fronteiras nacionais, a serem substituídas pela envolvente externa de grandes espaços regionais que prosseguem interesses económicos, sociais e políticos dotados de alguma afinidade e homogeneidade. Os modelos organizativos da União Europeia, NAFTA, MERCOSUL e ASEAN poderão evoluir para outras formas mais complexas e sofisticadas de harmonização de interesses<sup>6</sup>.

Não é de excluir que venha a existir liberdade de circulação e de exercício de actividade económica no interior de cada um desses espaços.

Todavia, duvida-se que a situação de desemprego, pontual ou maciço, no seio de cada um desses espaços venha a determinar o renascimento do *welfare state*. No entanto, talvez não seja de excluir o ressurgir da figura do trabalhador itinerante (*hobo*), prestando serviços temporários a quem deles necessite.

A migração internacional será provavelmente contratualizada de forma directa, entre uma organização empresarial e os trabalhadores de que necessite, qualquer que seja o seu país de origem e sem interferência dos poderes públicos, de um e de outro lado das partes contratantes.

Este tipo de mobilidade será facilitado pelo mais alto valor possível das qualificações do candidato ao contrato, independentemente de terem, ou não, raiz tecnológica: o artista, o atleta e a pessoa detentora de rara artesanaria (sem esquecer o cozinheiro goês e o massagista tailandês) serão provavelmente mais apetecidos do que o especialista em programação.

Num mundo em que os empregos poderão vir a ser essencialmente instáveis e temporários, a iniciativa individual terá proeminência completa. A capacidade de adquirir novos e valiosos conhecimentos e competências; a familiaridade com o uso das comunicações e com todas as fontes de acesso à informação; a capacidade de comunicar, de convencer, de efectuar o seu próprio *marketing* individual, utilizando o maior espectro possível de linguagens de comunicação; a adaptabilidade a outros ambientes, outras culturas e outras formas de pensar e de actuar — serão os novos atributos indispensáveis a esta forma diferente, essencialmente auto-determinada, de emigrar.

Tratar-se-á de um processo totalmente desburocratizado, essencialmente privado, indissociavelmente ligado à personalidade única de cada indivíduo. Cidadão do mundo, mais do que de um país ou de uma região, radicado por tempo indefinido num outro qualquer local, só por acaso aí encontrará compatriotas ou conterrâneos capazes preservação da correspondente cultura. Nestas condições consideramos que, nesses primórdios do século XXI, só dificilmente virão a constituir-se novas comunidades portuguesas no estrangeiro, sem prejuízo da manutenção das já constituídas.

Não se perca de vista, por outro lado, que as telecomunicações avançadas permitem hoje (e certamente muito mais, com o fluir dos anos) que se possa exercer um grande número de actividades profissionais a qualquer distância do local onde elas produzam efeitos. Tanto no sector industrial ligado à produção de *software* (cuja extensão se prevê que atinja dimensão gigantesca), como no domínio dos serviços, vêm cada vez a ser mais evidentes as oportunidades de produzir *tele-trabalho*, com o empregado e o empregador situados em países, regiões ou continentes diferentes.

A referida situação é passível de duas interpretações distintas. Ou se considera que o tele-trabalho em âmbito internacional constitui uma alternativa à emigração ou, atendendo à diferente nacionalidade do empregador, que determina também a localização da relação de trabalho, se considera, pelo contrário, ser esta uma situação de *emigração virtual*.

Não se exclui, aliás, que o conhecimento e a satisfação mútua que possam verificar-se entre os dois extremos desta relação laboral possam conduzir à contratualização subsequente de uma situação de migração real.

### 3.3. Universalismo versus Particularismo Cultural

As duas noções apresentadas antagonicamente em título estarão talvez ligadas a uma idêntica oposição entre tradição e mudança, ou entre passado e futuro.

Aceite-se o postulado de que a emigração portuguesa do passado, com origens predominantemente rurais, composta de indivíduos de modesta habilitação

académica e fraca qualificação profissional se constituía sob a forma de *fluxos colectivos*, dirigidos essencialmente para um número restrito de destinos internacionais. E que, pelo contrário, as migrações do futuro abrangerão em maioria indivíduos de extracção urbana, com média ou alta habilitação e qualificação, e não mais constituídas em correntes bem definidas, mas antes sob forma atomizada quanto aos seus inúmeros possíveis destinos. Nessas circunstâncias, entende-se que o universalismo que enformará tais movimentos acabará por se traduzir na «desconstrução» dos *fluxos emigratórios* tal como os conhecíamos.

Em tal situação, é difícil evitar concluir que a mobilidade das pessoas, dos produtos, das ideias e dos valores tenderá a fazer diluir as diferenças (isto é, os particularismos) culturais, fazendo emergir uma cultura de traços muito mais homogêneos, mercê da aculturação generalizada e entrecruzada a que cada vez mais as sociedades humanas vêm sendo submetidas.

O universalismo cultural representaria o cúmulo de um tal processo, fruto de miscigenações de ideias, infinitas vezes repetidas, até que fossem apagadas todas as especificidades originais.

Tendencialmente, é para lá que caminhamos. Das diferenças, apenas rezeará a História e aquilo que remanesça nas memórias colectivas.

## Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, ed. aut., 1994, 394 p.
- CÉSAR, Guilhermino, *O Brasileiro na Ficção Portuguesa: O Direito e o Averso de uma Personagem-Tipo*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1969, 155p. (Ensaio; 4).
- CHARBIT, Yves; HILY, Marie-Antoinette; POINARD, Michel, *Le Va-et-Vient Identitaire. Migrants Portugais et Villages d'Origine*, Paris, Presses Universitaires de France/Institut National d'Études Démographiques, 1977, 144p. (Travaux et Documents, 140).
- COSTA, Affonso, *Estudos de Economia Nacional — O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, 188 p.
- FARIA, Manuel Severim de, "Dos remédios para a Falta de Gente" in António Sérgio *Antologia dos Economistas Portugueses*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, pp. 117-163.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, "L'Émigration Portugaise (xv-xx siècles): Une Constante Structurale et les Réponses aux Changements du Monde", in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa (1), Jan.-Jun., 1978, pp.5-32.

- GONÇALVES, Albertino, *Imagens e Clivagens — Os Residentes Face aos Emigrantes*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, 1996, 298p. (Biblioteca das Ciências do Homem).
- GPAN (Grupo-Peritos de Alto Nivel), *Construir a Sociedade Europeia da Informação para Todos*, Luxemburgo, Comissão Europeia, 1997, 70 p.
- MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração* (1.ª ed. 1891), Lisboa, Guimarães Editores, 1956, 285 p.
- MONTBRIAL, Thierry de, JACQUET, Pierre (dir.), *RAMSES 98. Synthèse Annuelle de l'Évolution du Monde*, Paris, Dunod, 1998, 398 p.
- MUÑOZ, Marie Claude, "Les Fêtes au Portugal", in *Informations Sociales* (70), 1998, pp. 43-51.
- NENO, Pinho, *Morrer no Brasil*, Lisboa, Vega, 1989, 113 p. (Outras Obras).
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz  
 "Emigração Portuguesa: As Políticas de Trajecto de Ida e de Ciclo Fechado", in *Revista de História Económica e Social*, Cadernos 1-2, Lisboa, 1981, pp. 71-90. (Cap. 2).  
 "Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil", in *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Vol. XXII (90) 1986, pp. 139-156. (Cap. 5).  
*O Sonho do Emigrante*. [Videograma 3 — Somam-se as Pátrias], Lisboa, Projecto Universidade Aberta/RTP, 1988, 28 min.
- SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*, 4.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982, 245 p. (Horizonte; 12).
- SILVA, Fernando Emygdio da, *Emigração Portuguesa*, Lisboa, ed. aut., 1917, 382 p.

## Notas

<sup>1</sup> O paradigma do emigrante português regressado que, no Brasil, alcançou grande fortuna e notoriedade, além de ter sido objecto de numerosas menções na literatura da época (Guilhermino César, 1969) e na tradição popular, tem vindo a ser reanalisado no presente (M. B. Rocha-Trindade, 1986; Pinho Neno, 1989; J. Fernandes Alves, 1994; entre outros), tal qual na actualidade é a figura do «Francês».

<sup>2</sup> Muitos estudiosos da emigração portuguesa têm-se debruçado sobre este aspecto (M. B. Rocha-Trindade, 1981, 1988; M. C. Muñoz, 1996; Y. Charbit, M.-A. Hily et M. Poinard, 1997). Michel Poinard e Marina Hily, co-autores de *Va et Vient Identitaire*, retomaram recentemente a análise das expressões culturais dos migrantes, depois de um continuado trabalho que os tem feito acompanhar a comunidade portuguesa estabelecida em França, tanto nesse país como em Portugal.

<sup>3</sup> Coube essencialmente aos historiadores sociais a análise das causas profundas da emigração portuguesa: Manuel Severim de Faria (1655); Oliveira Martins (1891); Affonso Costa (1910); Fernando Emygdio da Silva (1917); Joel Serrão (1972); Vitorino Magalhães Godinho (1978).

<sup>4</sup> Albertino Gonçalves (1996, pp.150-151) aborda a questão das representações distintas em contexto migratório.

<sup>5</sup> Ver a este propósito *Construir a Sociedade Europeia da Informação para Todos*, relatório produzido pelo Grupo de Peritos de Alto Nível (GPAL), em 1997, para a Comissão Europeia, onde se abordam as previsíveis consequências sociais induzidas pela inovação e evolução tecnológicas.

<sup>6</sup> No relatório RAMSES 98 (pp.247-264) do Instituto Francês de Relações Internacionais é tratado o problema da mundialização das migrações, num contexto de diluição das fronteiras nacionais.